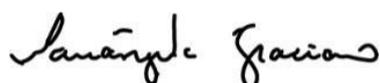


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Luciano Venancio da Costa
luciano.venancio.costa@gmail.com



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela Graciano

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**A LIBERDADE E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS: AS PESSOAS EGRESSAS DA
PRISÃO E A EJA**

GUARULHOS

2020

Resumo

Este trabalho, realizado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), se propôs a analisar as oportunidades de acesso à educação para pessoas que, outrora encarceradas, e matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional, conquistam a liberdade antes de concluir a Educação Básica. Devido a pandemia da Covid-19, fui impossibilitado de realizar entrevistas com pessoas egressas da prisão, visto que as oportunidades de diálogo durante o período vigente de minha pesquisa se limitaram aos espaços virtuais, que embora tenham se mostrado eficazes, ainda não foram completamente democratizados. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com participações em projetos paralelos que discutiam a EJA, direitos educativos das pessoas privadas de liberdade, e execução penal no Brasil, possibilitando a análise do tema partindo de perspectivas distintas, entre diversos profissionais das ciências humanas, como educadores de dentro dos espaços prisionais, pesquisadores na área da EJA e do Direito. Este relatório será disponibilizado na base de dados do Observatório dos Direitos Educativos da População Carcerária, ação de caráter extensionista, homologada pela Pró Reitoria de Extensão da Unifesp em abril de 2020.

Palavras-chave: *Educação de Jovens e Adultos; Educação nas prisões; Egressos do sistema prisional; Direitos humanos*

Introdução

Este relatório traz uma análise sobre os limites e as possibilidades de acesso e permanência à escola de pessoas jovens e adultas egressas do sistema prisional, regularmente matriculadas na modalidade EJA durante o período de encarceramento. Trata-se, portanto, de investigar as condições para a continuidade dos estudos da população carcerária que, a partir de 2010, com a edição do Parecer N° 4 (CEB/CNE), teve reconhecido seu direito à educação.

É importante que existam produções acadêmicas com a temática referente à escolarização das pessoas egressas do sistema prisional, para que se tenha clareza de como é o cenário atual em relação ao acesso e permanência dessas pessoas no processo de escolarização. Esta produção, além de contribuir com políticas públicas destinadas a assegurar o direito à educação dos sujeitos encarcerados, pode fortalecer a possibilidade de continuar os estudos quando conquistarem a liberdade à medida que contribuem com a consolidação da modalidade EJA na perspectiva da construção de espaço educativos que estimule a humanização de educandos e educadores, conforme propõe Paulo Freire.

Para tanto, é necessário entender a motivação dos educandos da EJA nas prisões para a continuidade dos estudos após a conquista da liberdade. Diferentes estudos sobre as condições de acesso e permanência à EJA, mais precisamente destinados a explicar os altos índices de evasão desta modalidade de ensino (IRELAND, 2012), apontam inúmeros fatores que constituem este fenômeno, mas Pedralli e Rizzati (2013), destacam que o sentimento de pertencimento ao grupo é essencial para a motivação de permanecer na escola.

Em nosso entendimento, os relatos tomados como notas de campo remetem ao conceito de identidade, implicado no fenômeno da evasão: não se identificar com o grupo pode ser um poderoso fator em favor do abandono do processo de escolarização, sobretudo nesta fase da vida em que os alunos tendem a ser mais sensíveis à necessidade de compartilhamento identitário, dado o fato de suas representações de mundo já terem sido em boa medida consolidadas, quer sob o ponto de vista ontológico, quer sob o ponto de vista axiológico. (PEDRALLI E RIZZATI, 2013, p. 778)

Nesse sentido, importa compreender se a experiência da educação na prisão foi capaz de contribuir para a formatação da identidade do estudante a ponto de estimular sua retomada dos estudos do lado de fora das grades.

No entanto, é preciso considerar que, ao lado do estigma (DI PIERRO, 2007) que envolve os educandos da EJA e os coloca na condição de não sujeitos do conhecimento (ARROYO, 2017), pesa sobre os egressos do sistema prisional as marcas do passado em uma instituição total (GOFFMAN, 1974) e, no caso da prisão, os coloca na condição de menos humanos e naturalmente perigosos (CHRISTIE, 1998).

Durante o processo de pesquisa ao longo destes 12 meses, a pandemia do Covid-19 impossibilitou a realização de diversas atividades previstas para a construção da pesquisa. Para que o andamento da pesquisa se desse conforme o que fora previsto durante o projeto, era essencial que fosse possível encontros presenciais com o intuito de construir uma relação de confiança com o público-alvo do trabalho.

A realização das entrevistas com pessoas egressas da prisão se mostrou inviável às possibilidades que tivemos ao longo do processo, uma vez que estas deveriam ser feitas exclusivamente em espaços remotos, para que fossem cumpridas as recomendações sanitárias das organizações competentes.

Embora existam recursos e equipamentos que viabilizam o contato com outras pessoas de forma remota, essas atividades não se mostram eficientes e significativas para o público da pesquisa, visto que se trata de pessoas com dificuldades de acesso a estes recursos.

Outro empecilho encontrado para que as entrevistas fossem feitas remotamente foi a dificuldade da construção de uma relação significativa de confiança entre o entrevistador e o entrevistado somente através dos espaços virtuais. Seriam necessárias diversas atividades e situações com possíveis trocas de experiências de ambos, para que a entrevista compreensiva, ou seja, aquela que possui uma estrutura com menos rigidez, e que seja construída durante a conversa (ZAGO, 2003), acontecesse de maneira espontânea num espaço confortável e seguro, e assim, chegasse aos resultados esperados pela pesquisa.

Se tratando de uma investigação qualitativa, é importante que o pesquisador promova ações que o insira de alguma forma no ambiente natural que pretende estudar, por isso, a impossibilidade deste contato direto com as pessoas que foram egressas do

sistema prisional afetou diretamente na realização das entrevistas previstas. Este contato se torna indispensável numa pesquisa que tem como objetivo um resultado emancipador e significativo para todas as pessoas que estejam envolvidas no processo desta investigação-ação-participativa.

No exercício da IAP [investigação-ação-participativa] partimos da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos, em suas diferentes dimensões e interações. A vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências, tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem interagimos. Os processos e as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais participantes devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, assim como nos termos de uma ‘história que seja sua’ e, não, a ‘história de outros sobre eles’. (BRANDÃO, 2019, p.368)

Em contrapartida, ao longo do período da Iniciação Científica, pude acumular campo teórico no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos dentro e fora do cárcere em diversos grupos e cursos paralelos com as temáticas abordadas neste relatório.

Curso de extensão ‘Práticas Educativas no Sistema Prisional’ oferecido pelo Observatório dos Direitos Educativos da População Carcerária.

Entre maio e julho do ano de 2020, participei do curso de extensão oferecido pelo Observatório dos Direitos Educativos da População Carcerária, no campus de Guarulhos da UNIFESP, denominado “Práticas Educativas no Sistema Prisional”.(ANEXO I) O curso foi estruturado em leituras e debates realizados de forma remota, além de grupos de cursistas responsáveis por pesquisar os dados disponíveis sobre quais práticas educativas acontecem dentro do cárcere. As pesquisas foram realizadas com informações de dados governamentais, bases de dados acadêmicos, e organizações da sociedade civil (ANEXO II)

Junto com mais alguns colegas, fiquei responsável por pesquisar as atividades educacionais realizadas pela sociedade civil e divulgadas em mídias digitais como Instagram, Facebook e Twitter. Através desta pesquisa pude conhecer e entender diversas práticas que a sociedade civil constrói e mobiliza dentro do ambiente carcerário, além de me apresentar algumas organizações de acolhimento para pessoas que são diretamente impactadas com o cárcere, como familiares de pessoas privadas de liberdades, egressos, e assistência aos que ainda se encontram em situação de cárcere o

que para nós, com o decorrer da pesquisa também foi encarado como práticas educativas que estão envolvidas no contexto prisional, visto que as pessoas encarceradas não estão completamente isoladas do mundo fora das grades, e que os familiares também fazem parte da dinâmica de privação, seja afeto, companhia ou presença, ou necessidades básicas.

A seguir apresento a síntese das reflexões elaboradas com base na pesquisa realizada.

Práticas Educativas no Sistema Prisional:

As redes Sociais Instagram e Facebook, costurando e balançando história, vivências e dores

Gislaine de Jesus Nascimento dos Santos

Luciano Venâncio Costa

Dos métodos utilizados para a pesquisa no Instagram, pesquisamos tanto em nossos próprios perfis pessoais quanto a página de um coletivo da qual um dos pesquisadores é membro, e de acordo com isso, percebeu-se que esta rede tem resultados muito similares independente do perfil de partida, sendo crucial aqui a forma de pesquisa, que neste caso se mostra mais eficiente pelas hashtags.

Começamos a pesquisa com os termos até então creditados como mais abrangentes, sendo eles, “educação nas prisões”, “escola na prisão”, “educação em presídios”, “educação no sistema prisional”, e, encontrando em alguns dos resultados a palavra “ressocialização” e “ressocialização” em forma de hashtags, pôde-se encontrar um grande número de práticas educativas dentro das unidades prisionais, evidenciando assim talvez, uma visão própria dos usuários da rede acerca da educação em presídios e de como está representado isso na mesma, RE-socializar.

Encontraram-se inúmeras atividades de vários tipos, como artesanato, costura, teatro, dança, palestras, notícias sobre as aulas do sistema formal, preparação para ENEM (**@diariodepernambuco 990 mil seguidores**), cinema, hortas, em sua grande maioria de páginas de promotorias, superintendências, secretarias de segurança pública dos Estados (**@sejus_piaui 3.130 seguidores**, **@sjdhpe 2.619 seguidores**, **@seas.ce 3.854 seguidores**) e em páginas específicas de projetos que acontecem nas unidades (**@meioambientesocializa 393 seguidores**, **@castelodebonecasjuliamaranhao 2.895 seguidores**, **@projeto pontofirme 4.159 seguidores**, **@gessoesperancaviva 4.492 seguidores**, **@ongcrescermais 371 seguidores**)

Existem também muitas páginas voltadas ao acolhimento, ajuda e troca de informações entre os familiares de encarcerados, o que demonstra a organização em rede, de mútuo suporte, apoio e cooperação (**@soltaopresosejuiz 13.100 seguidores**, **@liberdade_vai_cantar 19 3.881 seguidores**, **@solta_o_reu_seu_juiz 2.563 seguidores**, **@liberdade_pro_meu_amor 1.125 seguidores**, **@solta.opreso 2.892 seguidores**) e que para nós, com o decorrer da pesquisa também foi encarado como práticas educativas que estão envolvidas no contexto prisional, visto que os encarcerados não estão completamente isolados do mundo fora das grades, e que os familiares também fazem parte da dinâmica de privação, seja afeto, companhia ou presença, ou necessidades básicas e essa rede auxilia nestas questões.

Ao que diz respeito ao Facebook, pensamos que seria viável a criação de uma nova página na rede, numa tentativa de manipular os algoritmos do site, e assim, facilitar nossa pesquisa encontrando páginas que tratam sobre o encarceramento. Porém, essa tentativa não obteve sucesso, provando que seria mais viável efetuar a pesquisa através de nossas contas pessoais. Mas para além disso, nos causou uma dúvida sobre qual seria o melhor método para obtenção

dos resultados, se seria melhor dividir a pesquisa em vários dias, ou pesquisar tudo em um único dia, tendo em vista que, seria possível, com o decorrer dos dias, o algoritmo sugerir cada vez mais páginas, perfis e grupos que discutem o assunto. Pesquisar em vários dias fez com que os resultados, depois de um tempo se tornasse mais natural, já que as páginas começaram a aparecer em nosso *feed*, e indicando outras, mesmo quando não estávamos realizando a pesquisa.

Em nossa pesquisa foi possível perceber que poucas são as atividades educativas que tem como principal fonte de divulgação o Facebook, mas sim, a rede social sendo utilizado como meio de compartilhamento de outros portais e sites do gênero jornalístico, como é o caso da página **“Programa Novos Horizontes - 497 curtidas”** que utiliza a rede para compartilhar diversas práticas educativas, com os links das fontes principais destas práticas.

Entre as práticas educativas que encontramos, percebemos que instituições religiosas cristãs estão constantemente dentro das unidades prisionais oferecendo diversas atividades às pessoas encarceradas, algumas dessas práticas tem como objetivo apoiar as famílias que passam pelo processo de encarceramento junto com a pessoa que se encontra privada de liberdade, e também dentro das prisões com palestras sobre situações decorrentes, como dependência química, saúde numa perspectiva geral, além de práticas com o intuito de evangelizar de uma maneira mais direta essas pessoas, alegando ser a religião cristã uma possibilidade de “ressocialização”.

É possível também, encontrar nesta rede social, mobilizações entre os familiares e sobreviventes do cárcere, como uma rede de apoio, entre as pessoas que estão envolvidas buscando, em conjunto melhores condições de vida para pessoas encarceradas. Páginas como **“Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade - 2.619 curtidas”**, **“Frente Estadual Pelo Desencarceramento SP - 3.914 curtidas”**, **“Frente pelo Desencarceramento RJ - 2.834”**, além de diversas páginas semelhantes de outros estados, vinculadas à **Agenda Nacional Pelo Desencarceramento**, que utilizam de suas páginas para divulgar ações mobilizadas por familiares e militantes da causa, que, além de oferecerem às pessoas encarceradas elementos básicos, como itens de higiene pessoal, medicamentos e alimentos, essas pessoas mobilizadas, denunciam, em conjunto, a negligência do Estado, que deveriam ser responsabilizadas por essa assistência dentro das prisões. Fazendo com que suas reivindicações, e exposições do sistema, sejam práticas educativas informais para além das grades, como já mencionado anteriormente.

Essas situações tomaram uma maior proporção nos últimos tempos, devido à pandemia do Covid-19, momento este que impossibilita às famílias e amigos de realizarem visitas, e conseqüentemente, impossibilita a entrega do jumbo, potencializando a proliferação do vírus dentro das unidades, uma vez que, com essa situação, muitas pessoas presas passam a não ter acesso a itens de higiene pessoal.¹ Com isso, as famílias vêm se mobilizando e expondo ainda mais a situação, prezando pelos direitos das pessoas encarceradas.

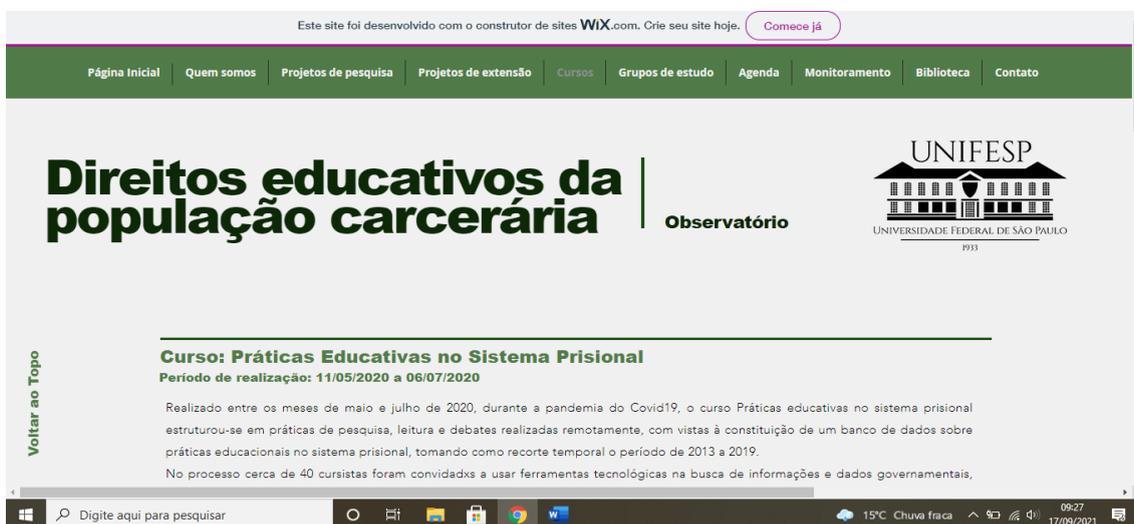
Dos vários incômodos resultantes da pesquisa, vale-se destacar a grande quantidade de resultados que nos voltavam não a práticas educativas em si, mas a trabalho, mão de obra barata, força de trabalho e por quê não dizer escravização(?), fica nítida assim, a continuação de processos históricos do Brasil, tais como a evangelização como método de “salvação de almas que se perderam”, e nas redes sociais isso é demonstrado de forma muito explícita, inclusive com grande preocupação por parte das instituições religiosas de demonstrar o trabalho feito nas unidades, muito mais que práticas realmente educativas, sendo assim um contínuo processo de colonização que acreditamos ser imprescindível para o entendimento e construção das práticas educativas no sistema prisional. Inicialmente constatamos como incômodo também, a dificuldade de saber se o que estávamos encontrando se tratava

1

<https://ponte.org/em-sp-familias-so-poderao-entregar-comida-e-itens-de-higiene-a-presos-pelos-correios/>

realmente de educação, mas que com a continuidade da pesquisa observamos que muitas dos resultados eram sim educacionais, mas não da forma habitual que estamos acostumados a conceitualizar, tanto que foi muito importante perceber o movimento de organização dos familiares e amigos de encarcerados, **a rede**, pois esta é uma realidade que acontece na vida cotidiana destes, e assim sendo, reflete-se nas redes sociais, e por fim entendemos que existe um movimento de ensino e aprendizagem muito importante, dentro e fora dos presídios.

As pesquisas e debates realizados com todas as pessoas envolvidas neste processo deu origem à página eletrônica do Observatório dos Direitos Educativos da População Carcerária – UNIFESP, responsável pela organização do curso em questão, onde foram disponibilizados relatórios com os resultados do trabalho feito por cada grupo.²



‘Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Pena e Execução Penal’, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A partir do mês de agosto de 2020, passei a integrar o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Pena e Execução Penal (NPEPEP), sediado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Um grupo que se propõe a debater com interdisciplinaridade os temas referentes à pena e execução penal no Brasil. As atividades do núcleo são divididas entre aulas expositivas com profissionais e pesquisadores da área, leituras e debates entre os pesquisadores, além de uma prática de pesquisa. Com estas atividades tive contato com professoras responsáveis por lecionar

2

Disponível em: <https://observatoriodepc.wixsite.com/observatorio/pr%C3%A1ticas-educativas-no-sistema-pris>

dentro do ambiente carcerário, fazendo com que eu tivesse acesso a uma percepção para além das produções acadêmicas e respaldos legais no que se refere à EJA dentro de espaços de privação de liberdade.

No primeiro semestre, todos os pesquisadores do núcleo se dedicaram a realizar uma pesquisa que buscava quais eram as práticas educativas formais ou não-formais que aconteciam dentro das unidades prisionais da região sudeste entre os anos de 2010 e 2020. No primeiro momento, foram enviados através de correio eletrônico pedidos via Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011)³ para todas as unidades da região, entretanto, embora tivéssemos respaldo legal para que esses pedidos fossem feitos, foram poucas as unidades que nos responderam com informações significativas. Em seguida, foram realizados contatos com algumas unidades através do telefone, e ainda assim, tivemos poucas respostas com as informações que estávamos pedindo. Num outro momento, foi realizado o contato com as Secretarias de Administração Penitenciária e de Educação de cada um dos quatro estados da região Sudeste, ainda assim, não recebemos os dados que estávamos buscando dentro do prazo para a elaboração do relatório com os dados. Mais adiante, em um momento que as atividades previstas para o primeiro semestre do núcleo já estavam encerradas, um dos pesquisadores recebeu todos os dados referente às práticas educativas dentro do cárcere, porém somente referente ao estado de Minas Gerais.

No segundo semestre de atividades do núcleo, os pesquisadores se dividiram em quatro grupos de pesquisas, sendo eles o de revisão bibliográfica, ou seja, este grupo se dedicou a observar e buscar quais são as produções acadêmicas sobre educação dentro do cárcere que já existem; o grupo da agenda fiscalizatório se responsabilizou por compilar e sistematizar notícias relativas a execução penal no Brasil; o grupo de clínica teve como objetivo promover atividades dentro das possibilidades decorrentes da pandemia do Covid-19 com pessoas que foram impactadas pelo cárcere, em conjunto com outras organizações acadêmicas de outras instituições; por fim, existiu um grupo,

³ A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.<disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-ace-sso-a-informacao>>

onde eu estava inserido, responsável por finalizar e continuar as pesquisas do primeiro semestre.

Neste segundo semestre, a pesquisa tomou como estratégia buscar as informações referentes às práticas educativas dentro do cárcere através Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) de cada um dos estados que ainda não haviam enviados as informações solicitadas (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo). Ainda assim, as respostas que tivemos não estavam de acordo com o que foi solicitado, fazendo com que fosse inviável a construção de um relatório final conforme o previsto. A experiência de pesquisa dentro do núcleo pôde me mostrar a dificuldade em ter acesso aos dados referentes às atividades que acontecem dentro do cárcere.

A experiência dentro do núcleo, além de contribuir com a construção do deste relatório de Iniciação Científica, com o acúmulo de campo teórico dentro da área do Direito, os parâmetros legais e técnicos da execução penal, além de aprimorar as minhas capacidades para construção de pesquisa acadêmica.

Dentro do núcleo pude compreender o motivo da dificuldade de identificação do público para a pesquisa, uma vez que a prisão tem um funcionamento que constrói um espaço de não direito, fazendo com que as pessoas submetidas a esta realidade acabam sendo privadas de direitos fundamentais, entre elas o direito à educação. O modelo correccionalista vigente dentro do cárcere faz com que a educação dentro desses espaços possua um caráter assistencialista e não de emancipação (CACICEDO, 2016), além de entrar num sistema de privilégios, mesmo que já existam diversos parâmetros legais que preveem a educação como um direito público subjetivo, ou seja de responsabilidade do Estado para todos que demandarem.

E, deve-se acentuar, os privilégios na instituição total não são iguais a prerrogativas, favores ou valores, mas apenas a ausência de privações que comumente a pessoa não espera sofrer. (GOFFMAN, 2015, p.52)

Foi através desta vivência que fui apresentado à ‘Agenda Nacional pelo Desencarceramento’, uma organização comunitária composta por pessoas de todo o Brasil, divididas em frentes estaduais, onde prestam acolhimento às pessoas que tenham sido diretamente impactadas pelo cárcere, sejam eles familiares, egressos e pessoas que

ainda estejam encarceradas. Uma das pesquisadoras contribuiu com a Frente Estadual Pelo Desencarceramento de São Paulo, e apresentou a um egresso do sistema prisional, que embora não se encaixava no público esperado pela pesquisa, me contou de suas experiências dentro do cárcere, além de me apresentar o seu grupo de Rap denominado ‘Comunidade Carcerária’, formado na antiga Casa de Detenção em São Paulo (Carandiru) no ano de 1996, o que foi primordial para a construção de um processo significativo e emancipador, com escuta àqueles que foram impactados com a execução penal no Brasil.

Programa de monitoria no Departamento de Educação, no Campus Guarulhos, da Universidade Federal de São Paulo.

Entre setembro de 2020 e março de 2021, participei do programa de monitoria da unidade curricular ‘Educação de Jovens e Adultos: Diversidade e Práticas Educativas’. O nosso projeto, denominado ‘Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos’, composto por quatro monitores sob a orientação da Professora Mariângela Graciano, foi um processo importante para que eu tivesse acesso a produções acadêmicas dentro do campo da Educação de Jovens e Adultos, além de me aproximar ao principal referencial teórico desta pesquisa, a obra de Paulo Freire (ANEXO III).

Ao longo dos encontros, que consistiam em debates entre os envolvidos na unidade curricular, pude revisitar obras e conceitos que tive contato ao longo de minha graduação, além de acessar diálogos que dificilmente aconteceriam fora do âmbito da monitoria. Durante todo o período de monitoria, priorizamos a valorização dos conhecimentos prévios de cada educando da unidade curricular, além de debater a importância de repetir esta prática dentro de pesquisas acadêmicas, e prática docente enquanto educadores da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que se trata de um público que, embora carregue um estigma por serem analfabetos (GALVÃO e DI PIERRO, 2007), carregam consigo também uma vasta experiência de vida, e conhecimentos que contribuem para a construção de uma prática educativa cada vez mais emancipadora, e assim, mais significativa para o educando, uma vez que partem de suas próprias jornadas e conhecimentos para acessarem as culturas que ainda não lhes foram apresentadas (FREIRE, 2019).

Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vocacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionero regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena. (CURY, 2000, p.5)

Com estas experiências, afirmo a importância de uma formação docente onde capacite o educador responsável por uma turma, a inserção na realidade de seus educadores (BRASIL, 2000), promovendo uma experiência escolar dialógica e significativa. No que se refere aos educadores que atuam em escolas que funcionam dentro dos estabelecimentos penais, é imprescindível que promovam uma comunicação relevante em conjunto com os seus educandos.

(...) esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000).

Em um dos encontros de debates, foram convidadas pessoas que tiveram, ou ainda tinham naquele momento, a experiência de educando da EJA. Embora tenha sido de forma remota, esta prática fez com que eu pudesse me inserir de certa forma no ambiente da Educação de Jovens e Adultos através dos relatos de cada um dos educandos que aceitaram o convite de dialogar com os graduandos que estavam cursando a unidade curricular em questão. Um dos educandos que participou desta atividade frequentou os anos iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade EJA durante o período de encarceramento.

Depois desse primeiro encontro, durante a Roda de Conversa, ficamos em contato durante um tempo, onde tivemos conversas e diálogos no que diz respeito à educação dentro deste espaço, e sua aspiração pela continuidade nos estudos. Ainda assim, o contato não foi suficiente para construir uma relação de confiança necessária para a realização da entrevista compreensiva.

Para além do acompanhamento e auxílio nos debates realizados ao longo da unidade curricular, fiquei responsável pela mediação de um grupo de estudantes para debater e apresentar aos demais educandos a obra 'Educação como prática da liberdade'

escrita pelo autor Paulo Freire, com sua primeira publicação em 1967. Esta foi uma das práticas que mais me aproximou de referenciais teóricos freirianos. A obra mostra a importância de estimular a criticidade do indivíduo, tendo esta prática com um caráter humanizador, inviável em espaços regidos única e exclusivamente através da disciplina, e construção de corpos desejáveis para uma política autoritária (FOUCAULT, 2014). Uma educação e um regime que retira do sujeito a sua capacidade criativa e crítica, faz com que o mesmo passe por um processo de coisificação, ou seja, um indivíduo que passa a ser resumido como um mero objeto e não mais sujeito (FREIRE, 2019).

Na contramão desta prática autoritária, que não parte das experiências prévias de seus sujeitos, uma prática com perspectiva libertadora, inspira estes sujeitos a conhecerem suas realidades, e entenderem os processos aos quais estão submetidos. Assim, através de uma educação que parte deste mesmo ponto de vista, faz com que os educandos percebam ao que estão submetidos e lutem para que seus direitos sejam cumpridos. Entretanto, dentro e fora do ambiente de cárcere, para que isso seja possível, é necessário que o direito à educação seja garantido de forma igualitária, e não pertencente a um sistema de privilégios (GOFFMAN, 2015).

Considerações finais.

Para além de todos os projetos que participei e contribuí, a arte e literatura foram primordiais para meu processo de pesquisa durante o período de pandemia, uma vez que fui impossibilitado de frequentar e ocupar os espaços fisicamente, através das músicas compostas e interpretadas pelo grupo Comunidade Carcerária que, embora tenham sido produzidas na década de 2000, me fez ter um contato com o impacto do cárcere para diversos homens que estiveram encarcerados dentro da Casa de Detenção em São Paulo. Através da obra ‘Vidas Aprisionadas - Relatos de uma prática educativa’, da autora Maria Salete van der Poel, tive contato para além do NPEPEP com a experiência de uma educadora dentro de uma prisão mesmo com todos os empecilhos que estes profissionais encontram ao longo do percurso. Tendo acesso à série ‘Segunda Chamada’ escrita por Carla Faour, Julia Spadaccini e Jô Bilac para a Rede Globo, passei a questionar e refletir sobre a experiência das pessoas que constroem a Educação de

Jovens e Adultos, quais são as necessidades que o público da EJA possuem para que seja viabilizado uma experiência emancipadora para os educandos desta modalidade.

Embora a pandemia da Covid-19 tenha impossibilitado a realização de algumas atividades previstas, com o processo da pesquisa pude reconhecer algumas ausências no que diz respeito ao estudo de práticas educativas dentro do cárcere. A dificuldade de acesso aos dados referentes às práticas que acontecem dentro das unidades inviabiliza a realização de trabalhos destinados ao público privado de liberdade, especialmente se tratando de produções acadêmicas.

Afirmo a importância de produções relacionadas à população privada de liberdade que, de acordo com os dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)⁴ vem sofrendo um aumento significativo nos últimos anos. É imprescindível que para além da arte e literatura, as instituições acadêmicas invistam em produções que exponham as realidades destes espaços, cobrando de órgãos responsáveis a efetivação de todos os direitos previstos legalmente para a população carcerária, dentre eles, a educação.

Por fim, assinalo que a pesquisa proposta para esta Iniciação Científica terá continuidade no processo de elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, unidade curricular de caráter obrigatório para a conclusão da graduação no curso de Pedagogia.

Na expectativa que as medidas de imunização da população avancem de maneira a permitir encontros presenciais no primeiro semestre de 2021, as entrevistas previstas serão realizadas e analisadas à luz dos referenciais teóricos e metodológicos, e também dos desafios políticos e éticos que cercam o tema do encarceramento e suas consequências, como a continuidade dos estudos no meio aberto, dos quais tive oportunidade de me aproximar criticamente ao longo das experiências descritas neste relatório.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br>

Referenciais teóricos.

ARROYO, M.G. **Passageiros – em que passagens humanas?**. In.: **Passageiros da noite – do trabalho para a EJA**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. P. 19-40

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante/investigação-ação-participativa**. In: STRECK, Danilo R. et. al. **Dicionário Paulo Freire**. 4 ed. rev. amp.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL, **Lei de execução Penal. Lei nº7210** de 11 de julho de 1984.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394** de 20 dez 1996.

BRASIL, 2000 MEC. **Parecer CNE/CEB nº01/2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

BRASIL, 2010 MEC. **Parecer CNE/CEB nº04/2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf.

CACICEDO, Patrick. **Desafios para a educação nas prisões na era do grande encarceramento**. Aracê: Direitos Humanos em Revista, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 122-138, fev. 2019. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/105>.

CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Comunidade Carcerária. **Código de Honra**, 2000. Disponível em: https://open.spotify.com/album/0SFKsXvzeqfwPx3JknFARU?si=_8UjFzWcS52iHX6BGqSBhg&dl_branch=1

GALVÃO, A.M.O. e DI PIERRO. **O debate teórico: podem as pesquisas auxiliar a superar o preconceito contra o analfabeto?** (Cap. IV). In.: **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007. (Preconceitos; v.2) p.71-95

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Originalmente publicado em 1961)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Originalmente publicado em 1987)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. (Originalmente publicado em 1968)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. (Originalmente publicado em 1967)

IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos como política pública no Brasil (2004 – 2010): os desafios da desigualdade e da diversidade**. Rizoma freireano - Rhizome freirean - n. 13 - 2012 - Instituto Paulo Freire de España.

PEDRALLI, Rosângela e CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita**. RBLA, Belo Horizonte, v. 13, n. 3. 2013. p. 771-788

POEL, Maria Salete van der. **Vidas Aprisionadas: Relatos de uma prática educativa**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SEGUNDA Chamada. Direção de Joana Jabace; Pedro Amorim; Henrique Sauer. Brasil: Rede Globo. 2019 - atual.

ZAGO, Nadir. **A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa**. In: ZAGO, Nadir et al. *Perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

ANEXO 1

CURSO DE EXTENSÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SISTEMA PRISIONAL	
Ano Letivo: 2020	Semestre: Primeiro
Departamentos/Disciplinas participantes: Departamento de Educação	
Carga horária total: 36 horas	
Carga horária p/prática (em %): 50% prática	Carga horária p/teoria (em %) 50% teórica
OBJETIVOS Estimular a análise das práticas educativas realizadas no sistema prisional brasileiro, considerando iniciativas da educação formal e não formal.	
EMENTA O curso proporcionará o levantamento e análise de informações acerca de práticas educativas realizadas no sistema prisional brasileiro por diferentes atores. Tomará como universo de pesquisa informações divulgadas em veículos de comunicação eletrônicos de empresas jornalísticas e de organizações da sociedade civil; base de dados acadêmicos; e páginas eletrônicas oficiais de órgãos governamentais responsáveis pela oferta da educação nas prisões.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO <ul style="list-style-type: none">. Apresentação do curso e organização dos grupos de pesquisa – equipe docente. O sistema prisional brasileiro – Marina Mello e Juliana. Seminário de pesquisa I – equipe docente. A educação no sistema prisional: entre o formal e o não formal – Ana Paula e Emerson. Seminário de pesquisa II – equipe docente. Especificidades do encarceramento feminino – Célia, Marina e Alan. Seminário de pesquisa III – equipe docente. Possibilidades e limites da educação nas prisões – Cláudia Vóvio e Cláudia Barcelos. Apresentação dos resultados da pesquisa – equipe docente	
METODOLOGIA UTILIZADA <ul style="list-style-type: none">. Encontros virtuais semanais com 2 horas de duração. Levantamento de informações em base de dados remotas com monitoramento e orientação da equipe docente	
RECURSOS INSTRUCIONAIS <ul style="list-style-type: none">. Plataforma remota “Google Meet”. Páginas eletrônicas disponíveis na rede mundial de computadores	
AValiação <ul style="list-style-type: none">. Participação nas atividades de pesquisa virtual	

- Participação nos encontros semanais
- Participação na consolidação e sistematização dos dados e informações identificados

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In.: MAIA, Clarissa Nunes et al. (org.) *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro. Rocco. 2009 p. 35-78.

CHANTRAINE, G. A prisão pós-disciplinar. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 62, p. 79-106, 2006.

DIAS, C.C.N. Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político. *Análise* Nº 28. FES : São Paulo. 2017

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*.

GALVÃO, A.M.O e SOARES, L.J.G. História da alfabetização de adultos no Brasil. In.: ALBUQUERQUE, E.B.C e LEAL, T.F. (org). *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte : Autêntica, 2006. São Paulo. p. 27 a 58.

JULIÃO, E. Panorama da política nacional de educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil. In: JULIÃO, E. *Políticas de educação nas prisões da América do Sul*. Jundiaí : Paco Editorial. 2018. p 165-198.

MAIA, C.N.; SÁ NETO, F., COSTA, M. e BRETAS, M.L. Introdução: história e historiografia das prisões. In. MAIA, C.N. et al. (org.) *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro. Rocco. 2009 p. 9-34.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*.

SOARES, B. e ILGENFRITZ, I. Histórico e situação atual da prisão feminina no Rio de Janeiro. In: *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond. 2002. p. 51-76

ANEXO II

CURSO DE EXTENSÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SISTEMA PRISIONAL

Relatório Final: Práticas educativas na prisão – Pesquisa nas mídias digitais

Um dos objetivos do Curso de Extensão “Práticas Educativas no Sistema Prisional” foi promover, em tempos de isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19, a inserção de estudantes e interessados ao campo da pesquisa sobre a educação – como prática, como ação e como movimento – no âmbito das prisões. Nesse contexto, foi constituído o Grupo “Mídias Digitais” a partir do interesse especial e particular de alguns e algumas estudantes inscritos no curso, com o desafio de buscar informações e elaborar dados referentes às práticas educativas, à promoção, ao exercício e às experiências educativas em contextos prisionais.

Um primeiro aspecto a ser destacado nesse processo, refere-se à complexidade e amplitude das possibilidades e, ao mesmo tempo, às especificidades inerentes ao tipo de investigação proposta, que se desmembrou em duas frentes, assim constituídas:

1. Organizações e movimentos da sociedade civil

Organização	Pesquisadorxs envolvidosxs
ABONG - Organizações em defesa dos direitos e bens comuns	Ana Clara T. Ramos Nathallia F. Silva
COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS	Carina Z. Barros

2. Mídias digitais/Redes sociais

Plataforma	Pesquisadorxs envolvidosxs
Instagram e Facebook	Gislaine J. N. Santos Luciano V. Costa
Blogs	Denise Gonçalves
Youtube	Bianca Saraiva Nathalia Bissiato Samira Souza

Para efeito das buscas no ambiente virtual, o universo das mídias digitais foi circunscrito aos registros na plataforma “Youtube”; nas redes sociais “Facebook” e Instagram; além de blogs – pessoais e institucionais. Um outro escopo da pesquisa contemplou as páginas institucionais de organizações da sociedade civil e, nesse caso, foi estabelecido como universo de pesquisa as organizações que compõem a Coalizão Negra por Direitos⁵ e a Associação Brasileira de ONGs – ABONG⁶, duas redes de abrangência nacional que reúnem instituições não governamentais. No caso da Abong, foi considerado o conjunto de associadas da Região Sudeste.

Numa primeira etapa do trabalho de investigação, as buscas foram realizadas com base nos termos “educação e “prisão”; “educação na prisão” e “educação prisional”. No entanto, a partir dos encontros promovidos periodicamente, para discutir e avaliar o processo de pesquisa, surgiram questionamentos acerca da necessidade de ampliação dos descritores da pesquisa,

⁵ Coalizão Negra por Direitos articulação de organizações e coletivos de todo o Brasil criada em 2018 para incidência política na defesa de direitos da população negra. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br>. Acesso em 5ago2020

⁶ Associação Brasileira de ONGs – Abong, criada em 1991, reúne organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos. Disponível em www.abong.org.br. Acesso em 5ago2020

tendo em vista que, pela própria natureza do ambiente de pesquisa, a personalização dos resultados obtidos, em função dos algoritmos associados à identidade do pesquisador funcionava como um elemento restritivo. Isso nos levou à constatação de que, talvez, um tópico introdutório sobre “Teoria e pesquisa nas redes – no campo das humanidades” fosse importante. Além disso, atentou-se também para a íntima correlação entre teoria/prática na configuração do escopo metodológico da investigação, uma vez que antes de se “encontrar na rede” as práticas educativas, era necessário definir o que se entendia por educação e também entender a particularidade da “prisão como contexto de pesquisa”.

Conforme aponta Denise Gonçalves, ao relatar a experiência da investigação nos blogs:

O termo “educação” permitiu identificar apenas a presença da educação formal, ofertada por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ao introduzir buscas com os termos “cursos” e “oficinas” foram identificadas 27 iniciativas promovidas por diferentes organizações.

No mesmo sentido, Bianca Saraiva, Natália Bissiato e Samira Souza, realizando buscas no “Youtube”, constataram que o termo “educação” vinculava, além de registros sobre a modalidade EJA, cursos de caráter profissionalizante, não formais, ofertados por agentes não governamentais. Ao ampliar os descritores de busca para “capoeira na prisão”, “literatura na prisão”, “leitura na prisão”, teatro na prisão”, foi possível identificar 34 vídeos ([link para tabela dos vídeos](#)) que registram diferentes iniciativas.

Desse modo, o exercício da pesquisa estimulou reflexões sobre a construção social da noção de educação na prisão, evidenciando uma cisão que aloca, de um lado, as atividades de ensino profissionalizante, ainda que não formais, e a oferta da modalidade EJA; contidas no descritor “Educação” e, de outro lado, o vasto campo de iniciativas não formais: que abrange ações de formação em direitos, arte, cultura, esporte, entre outras, registradas de forma difusa, em geral sem informações suficientes, que permitam sua compreensão e análise, relatadas como forma de ocupação do tempo ocioso.

Estas constatações suscitaram nas(os) integrantes do grupo de trabalho inúmeras indagações, tomadas como estímulos para futuras pesquisas.

O processo de investigação também revelou a complexidade da pesquisa no ambiente virtual, que exige metodologias diversas e ainda pouco exploradas pelo grupo, tornando-se também um tema específico para a produção de conhecimento.

Gislaine dos Santos e Luciano Costa, por exemplo, ao buscar informações no FaceBook, depararam-se com as variáveis tempo e espaço virtual, reguladas por algoritmos que impõem, ou limitam, tanto o fluxo como o acesso a informações. Assim, a dupla realizou diferentes ensaios com variáveis entre os intervalos temporais das buscas, e até mesmo com diferentes contas, variando entre suas contas pessoais e outras exclusivamente constituídas para a pesquisa. Os registros encontrados referiam-se ao compartilhamento de informações produzidas por portais de notícias.

Já para o Instagram, Gislaine e Luciano, constataram que a forma mais eficaz é a utilização de hashtags (#), e identificaram número considerável e diverso de práticas educativas utilizando “#ressocialização”, em geral vinculadas a páginas oficiais de órgãos do sistema de justiça e do poder judiciário.

Por fim, Ana Clara Ramos, Carina Barros e Nathalia da Silva consultaram páginas eletrônicas e outros documentos institucionais de cerca de 206 organizações da sociedade civil, sendo 117 integrantes da Coalizão Negra, e 89 filiadas à Abong. No amplo universo consultado não foi identificada nenhuma atividade educativa promovida no espaço prisional. No entanto, a pesquisa revelou outras formas de atuação da sociedade civil no campo da educação nas prisões, como a realização de pesquisa, produção de material informativo sobre direitos das mulheres encarceradas, e ações de mobilização para a oferta da educação formal nas prisões.

A investigação também constatou que a Coalizão Negra assume como um dos princípios norteadores de sua atuação a mobilização pelo desencarceramento em geral, e da população negra em particular, atuando de forma permanente na disseminação de informação e reflexões sobre a seleção racial que conduz o super encarceramento no Brasil, e com notável participação na mobilização pela preservação da vida da população carcerária durante o período de pandemia.

O conjunto dos resultados sugere, de um lado, que as organizações identificadas com a luta por direitos da população negra, e aquelas que atuam na defesa dos direitos educativos, não estão presentes na promoção de atividades educativas na prisão.

De outro lado, a imprecisão das informações encontradas no espaço virtual revela a presença de inúmeros agentes não governamentais no cotidiano da prisão, atuando na formação da população carcerária por meio de atividades não formais, mas não permite a análise do perfil do grupo. De maneira geral, nota-se a presença de instituições religiosas de diferentes denominações e instituições que, aparentemente, poderiam ser classificadas como empresas, apesar de as ações divulgadas serem apresentadas como filantrópicas.

Identificar e analisar o perfil dos agentes promotores da educação nas prisões foram outros temas de pesquisa emergentes, e urgentes, destacados pelo grupo de trabalho.

Por fim, o GT “Mídias digitais e educação nas prisões”, no diálogo promovido pelo Curso com as demais instâncias e GTs, constata o caráter multifacetado do fenômeno estudado, porquanto a análise das práticas de educação (formal, não formal e informal) realizadas dentro e a partir de unidades prisionais – requer uma compreensão que abarque sua indiscutível imbricação com os aspectos econômicos, sociais, ideológicos e político/jurídicos que caracterizam o sistema no qual tais processos se engendram.

Para além disso, a pesquisa no campo “digital” implica pensar em metodologias que permitam identificar, questionar e transformar regimes de visibilidade e visualidade na produção dos sentidos, principalmente na disputa por representatividade e reconhecimento no que diz respeito a: justiça, direitos, sujeitos, agência e educação, em seu sentido emancipador.

Profª Dra. Mariângela Graciano

Profª Dra. Marina Pereira de Almeida Mello

ANEXO III

Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos Programa de Monitoria Relatório de Atividades

Este Relatório de Atividades apresenta sinteticamente os resultados do projeto de Monitoria “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos”, realizado ao longo do segundo semestre letivo de 2020, que corresponde ao período de outubro de 2020 a março de 2021.

A equipe de monitoria envolvida nas atividades foi constituída pela estudantes Luana Tortorerre, bolsistas do projeto, Clarissa Maiorino, Guilherme D’Aragão e Luciano Venancio, que participaram em caráter voluntário.

Antes de relatar as atividades realizadas, ressalto que o grupo atuou de maneira harmônica, demonstrando empenho, dedicação, interesse e, acima de tudo, um enorme compromisso com a Educação de Jovens e Adultos e coerência com os princípios freireanos da Pedagogia Libertária.

A experiência foi muito bem sucedida, com a avaliação positiva – manifesta e elogios e agradecimentos à equipe de monitoria – pelo conjunto das(os) estudantes que cursaram a UC EJA: diversidade e práticas educativas.

Da mesma forma, o grupo se mostrou disponível e interessado em apoiar as docentes Rosângela Dantas e Roberta Stangherlim, que também integram o Grupo de Estudos e Pesquisas Freireanos, na realização das atividades realizadas no período, e descritas a seguir.

Atividades realizadas

O texto a seguir apresenta os resultados atingidos para cada uma das atividades relacionadas no projeto “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos”, de responsabilidade da monitoria.

1- Participar das atividades de organização da UC EJA: diversidade e práticas educativas;
Foram realizados encontros quinzenais, nos meses de setembro, outubro e novembro para elaboração da proposta curricular e dos materiais de apoio a serem disponibilizados para a turma matriculada.

Toda a equipe participou do encontro apresentando sugestões, dúvidas e reflexões que contribuíram enormemente na elaboração do currículo e também nas estratégias didático-pedagógicas, condicionadas ao formato remoto. A experiência digital do grupo foi fundamental para a construção da “sala de aula” virtual, disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/MTYzNjcwNTkxMTgy>. Cod. Turma: ghv7u6s

2- Participar da organização das aulas;

A equipe se organizou em duplas, de maneira que cada encontro foi organizado com a participação de pelo menos duas pessoas da monitoria, que se responsabilizaram pela organização do material indicado – textos e documentos audiovisuais para cada um dos temas abordados na proposta curricular.

3- Acompanhar as aulas, colaborando com o registro de seu desenvolvimento;

Todos os encontros síncronos foram acompanhados e apoiados por uma dupla, com alternância do período – noturno e vespertino. No entanto, os(as) quatro estudantes participaram de praticamente todos os encontros, nos dois períodos, contribuindo com problematizações temáticas, registro de presença, solução de dúvidas para acesso e manejo da “sala de aula virtual”, entre outras ações.

4- Apoiar as/os estudantes matriculados/as no acesso aos materiais e bibliografia indicados;

A equipe de monitoria disponibilizou seus contatos pessoais e responderam prontamente a todas as solicitações, conforme manifestado pelos(as) estudantes matriculados(as) em forma de agradecimentos e elogios, oralmente, durante os encontros síncronos, e também no documento escrito de avaliação da UC, elaborado individualmente.

A equipe de monitoria também desempenhou papel fundamental no acompanhamento da leitura das obras de Paulo Freire, reunindo-se em momentos específicos, fora dos encontros síncronos, para debater e estimular a leitura.

5- Apoiar o registro do processo de avaliação das aprendizagens;

As estratégias de avaliação no processo foram elaboradas em diálogo com a equipe da monitoria. No Anexo 1 encontram-se as fichas de avaliação utilizadas na UC EJA: diversidade e práticas educativas

6 --Participar dos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas freireanos;

O isolamento social levou o Grupo de Estudos e Pesquisas Freiranos a optar pela realização de eventos de extensão, realizados em formato remoto, dos quais a equipe da monitoria não apenas participou, mas apoiou a sua realização. Foram eles:

- ✓ Mesa Redonda: Educação Popular: diversidade e território- 24 de setembro
- ✓ Mesa Redonda: Frantz Fanon e Amílcar Cabral no pensamento de Paulo Freire – 22 de outubro

7- Colaborar com a organização de eventos e atividades de extensão idealizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Freireanos;

Desde novembro de 2020 a equipe de monitoria integra a Comissão Organizadora do evento “Paulo Freire: 100 anos de práxis libertadora”, que promoverá atividades de reflexão, debates e artístico-culturais entre 4 de maio a 25 de novembro de 2021, conforme programação disponível em <https://www.facebook.com/Centen%C3%A1rio-Paulo-Freire-103387095198281>

8- Sistematizar e refletir teoricamente sobre as atividades para participação em eventos de difusão científica sobre a formação docente na EJA.

Neste momento, a equipe de monitoria está empenhada na elaboração do videoposter que será apresentado no Congresso Acadêmico da Unifesp.

O compromisso e o entrosamento da equipe indicam possibilidades concretas, e desejáveis, de elaboração de reflexão sobre sua atuação neste projeto de Monitoria.

Conclusão

O projeto de Monitoria “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos” adotou como objetivos:

Objetivo Geral

Contribuir com a formação para o exercício da docência na Educação de Jovens e Adultos, considerando as especificidades desta modalidade da Educação Básica.

Objetivos Específicos

- Estimular a participação da monitoria no processo de construção do programa da UC, partilhada com o conjunto das/os estudantes matriculados/as;
- Envolver a monitoria na pesquisa bibliográfica sobre EJA;
- Desenvolver, com a monitoria, procedimentos de registro das aulas;
- Desenvolver, com a monitoria, procedimentos de registro das avaliações das aprendizagens;
- Apoiar as atividades de observação de experiências de EJA;
- Disseminar as contribuições de Paulo Freire para a EJA e para a Educação Popular.
- Aproximar a Universidade da comunidade por meio do estímulo à participação no Grupo de Estudos e Pesquisas freiranos.

Os resultados da atuação da equipe de monitoria, expostos anteriormente, tornam possível concluir que os objetivos adotados pelo projeto foram plenamente atingidos.

Guarulhos, 26 de abril de 2021.

Mariângela Graciano
Docente Proponente

I- AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

1. O que sabe sobre a educação de jovens e adultos em 23 de novembro de 2020

(Poste sua resposta a esta pergunta até 27 de novembro de 2020)

2. O que você sabe sobre a educação de jovens e adultos em 26 de fevereiro de 2021

(Poste a resposta a esta pergunta, juntamente com o restante deste roteiro, até 1º de março de 2021)

II- AVALIAÇÃO DO CURSO

1. Conteúdo programático
2. Bibliografia e outros materiais de apoio
3. Dinâmica dos encontros síncronos
4. Atividades de avaliação propostas
5. Críticas
6. Sugestões
7. Outros comentários

III- AUTO-AVALIAÇÃO

1. Apropriação do conteúdo programático
2. Contato com o material de apoio
3. Participação nos encontros síncronos
4. Relação com a obra de Paulo Freire
5. Balanço geral